



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 246

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 203562-1 da 3ª VARA DE STA. CRUZ DO CAPIBARIBE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: JOSÉ CLEMENTE DE MELO  
AGRAVADO: VALDEVAN MARCELINO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA NULIDADE DA DECISÃO POR FALTA DE INTIMAÇÃO DO AGRAVANTE PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. PRESENÇA DO ADVOGADO. AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO RÉU. "PÁS DE NULLITÉ SANS GRIEF". INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. RECURSO IMPROVIDO.

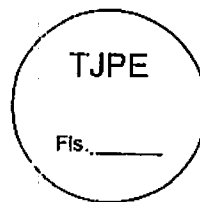
- Não há que se falar em nulidade da audiência de justificação quando, embora o Agravante não tenha comparecido, seu causidico se fez presente, juntando, inclusive, atestado médico justificando a ausência do cliente, sendo-lhe oportunizado formular perguntas às testemunhas;

- Além disso, não foi requerido o adiamento da assentada, corroborando o descabimento do pedido declaratório de nulidade;

- Mesmo se considerada verdadeira a alegada falta de intimação, ausente a nulidade em prestígio ao princípio que preconiza o aproveitamento dos atos processuais quando não evidenciado prejuízo às partes - pas de nullité sans grief.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



246-A

A C Ó R D ã O

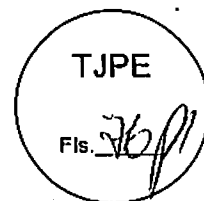
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, o qual, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de sessões, em 03/02/10

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Saliente do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



247

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 203562-1 da 3ª VARA DE STA. CRUZ DO CAPIBARIBE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: JOSÉ CLEMENTE DE MELO  
AGRAVADO: VALDEVAN MARCELINO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra a decisão que, após audiência de justificação prévia, deferiu liminar pleiteada na Ação de Reintegração de Posse proposta pelo ora Aggravado em face do Agravante, determinando "que o requerido desocupe o local, removendo, no prazo máximo de 48 horas, qualquer bem ou objetos que tenha colocado no imóvel; bem como que se abstenha de turbar a posse do requerente", fixando multa de R\$1.000,00 para o caso de descumprimento (fls. 36/37).

Nas razões recursais, o Agravante alega não ter invadido o bem "uma vez que é legítimo proprietário do imóvel em questão, conforme pode-se atestar pelas Certidões e Escrituras Públicas de Compra e Venda acostadas".

Suscita a nulidade da liminar e da audiência de justificação prévia, por não ter sido assegurado o seu direito de comparecimento, prejudicando sua defesa por violar o disposto nos arts. 928 do CPC e 5º, LV, da CF.

Com



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

248

Desta forma, noticiando iminência de lesão grave e de difícil reparação, uma vez que é "assegurado ao réu, ora agravante, o direito de comparecer a audiência de justificação prévia", requer a concessão do efeito suspensivo para sobrestar os efeitos "dos atos praticados às fls. 40/42 [...] inclusive, e principalmente, da decisão interlocutória possessória proferida às fls. 43/44, retornando as coisas ao seu status quo ante, determinando ao MM Juiz singular que chame o feito a ordem para determinar a restituição do imóvel ao agravante".

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para declarar a nulidade dos atos processuais acima descritos, confirmando-se a decisão concessiva do efeito suspensivo.

Através da decisão de fls. 66/67v, deneguei o pedido de suspensividade, entendendo não militar em favor do Agravante os requisitos ensejadores da cautela preventiva.

Apesar de devidamente intimado, o Agravado não apresentou contrarrazões, conforme certidão de fls. 73.

É o relatório, no essencial. Inclua-se em pauta sem revisão.

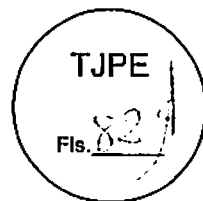
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



249

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 203562-1 da 3ª VARA DE STA. CRUZ DO CAPIBARIBE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: JOSÉ CLEMENTE DE MELO  
AGRAVADO: VALDEVAN MARCELINO

V O T O

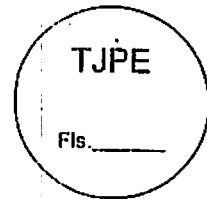
De acordo com caput do artigo. 928 do Código de Processo Civil: "Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada". (g.n.)

Como se vê, o Julgador tem duas alternativas ao apreciar o pedido de liminar reintegratório: i) deferir a liminar inaudita altera pars se os elementos constantes dos autos forem suficientes; ou ii) designar audiência de justificação prévia para que o Autor comprove o alegado, com a citação do réu para comparecimento.

O dispositivo é peremptório e não exige maiores interpretações exegéticas: sendo designada audiência (caso dos autos), a citação do réu para comparecimento é indispensável.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



250

Ocorre, contudo, que não há nulidade nos atos praticados na 1ª instância. Pela simples leitura da ata da audiência de justificação (fls. 33/36), observa-se que embora o Agravante não tenha comparecido, seu causídico se fez presente, juntando, inclusive, atestado médico justificando a ausência do cliente.

Desta forma, mesmo se considerada verdadeira a alegada falta de intimação para comparecimento à sessão, em atenção ao sistema de nulidades processuais, não há vício a ser sanado pois o ato atingiu sua finalidade e não houve prejuízo à defesa (*pás de nullité sans grief*), sendo oportunizado ao seu advogado formular perguntas às testemunhas.

Além disso, não foi requerido o adiamento da assentada, descabendo, portanto, o pedido de declaração de nulidade.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**, mantendo na íntegra a decisão agravada.

É como voto.

Recife,

0302-10

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator